
Entrevista

Neste número, tivemos a honra de entrevistar a professora Welessandra Aparecida Benfica, Coordenadora Institucional do Programa Residência Pedagógica da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Welessandra é Doutora em Educação pela FAE-UFMG, Mestre em Educação pela PUC/MG na área de concentração “Sociologia e História da profissão docente e da educação escolar”. Ela é também Especialista em Psicologia da Educação pela PUC/MG e em Educação à distância pela UNIUBE. Atua na Coordenação institucional do Programa de Residência Pedagógica desde 2018 e tem experiência na Educação Básica e Ensino Superior, em coordenação de projetos sociais e culturais, em consultoria pedagógica, tutoria de cursos (EAD), na docência e gestão em cursos de pós-graduação.

Com a palavra, Welessandra Aparecida Benfica.

1) Professora, como você ingressou na Coordenação Institucional do Programa de Residência Pedagógica? Poderia nos contar os detalhes?

A minha entrada na coordenação institucional do Programa de Residência Pedagógica na UEMG está vinculada à exigência do Edital 06/2018, amparado pela Portaria 175/2010, em que se afirmam os requisitos mínimos para a atuação do Coordenador. Dentre os requisitos mínimos dipostos nos documentos citados, havia a necessidade de possuir o título de Doutorado, ser designado pelo Dirigente máximo da IES, estar em efetivo exercício na formação de professores, dentre outros. Lembro-me, com imensa satisfação, que à época, eu atendi aos 12 requisitos solicitados no Edital. Posso afirmar que apenas um deles povocou a minha entrada e proporcionou a minha permanência no Programa: o fato de atuar há 24 anos na escola pública e na fomação de professores e ter, no momento, a oportunidade de contribuir ainda mais na formação dos meus estudantes, com direito à oferta de bolsas para residentes, preceptores e docentes orientadores. Fui questionada por várias vezes sobre a minha entrada no Programa e por vezes respondi: estou nele por causa dos alunos; para alguns, uma bolsa de R\$ 400,00 importa.

2) Sabemos que o Programa de Residência Pedagógica é componente de uma política de formação de professores. Como você enxerga hoje a implementação deste Programa, em 2018?

As políticas de formação de professores vêm se modificando muito nos últimos 10 anos. O peso das ações que têm sido tomadas a partir da elaboração de alguns documentos ainda é desconhecido, mas não nos impede de pensar qual fomação fortalece a escola pública e a qualifica, e quais as ações privilegiamos em nossas ações enquanto profissionais da educação. Dentre os documentos que estão vigentes, não podemos esquecer da Emenda Constitucional 95/2016, que congelou os investimentos em educação, saúde e outros serviços públicos; a Reforma Trabalhista Lei 13.467/2017, que suprime conquistas históricas dos trabalhadores; a Reforma do Ensino Médio, via Medida Provisória 746/2016, transformada na Lei 13.415/2017, que amplia espaço para a atuação das empresas educacionais e seus projetos privatistas, especialmente com EAD na educação básica; as novas diretrizes curriculares e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), que desconsideraram as críticas manifestadas nas audiências



públicas, nos fóruns de debate pelos movimentos sociais; e as BNCC da Educação Infantil e Fundamental (2017), que fragilizam fortemente a formação dos alunos da educação básica. Ainda podemos citar o Plano Nacional de Alfabetização e a BNC de formação de professores e suas concepções de alfabetização, formação e educação, que privilegiam uma educação baseada em evidências científicas e educação monitorada e induzida na perspectiva das competências. Diante desse cenário, penso que o Residência Pedagógica é um programa que pode contribuir com o fortalecimento de uma formação que evidencie os saberes da prática alinhados à perspectiva dos saberes teóricos. O RP pode nos ensinar que não se faz educação de qualidade sem qualidade das ações dos professores nas escolas, sem redução das desigualdades sociais e estabelecimento de uma agenda de proteção dos direitos dos sujeitos. Foi assim que a edição do RP de 2018 pensou suas ações e compromissos com a escola.

3) Fale um pouco sobre a estruturação do Programa de Residência Pedagógica.

O Programa de Residência Pedagógica foi desenvolvido em regime de colaboração entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), os Estados, o Distrito Federal e os Municípios em parceria com as Instituições de Ensino Superior (IES), e tem por objetivo aperfeiçoar a formação dos discentes de cursos de licenciatura, fortalecer o campo da prática pedagógica, ampliar e consolidar a relação entre as IES e as Unidades Escolares. Nesse sentido, o Programa de Residência Pedagógica tem como objetivo geral oportunizar aos futuros docentes a imersão, atuação e consolidação de práticas pedagógicas e metodológicas na sala de aula, na escola e nas atividades de formação. Sua estrutura básica é composta por núcleos de 24 a 30 alunos, que são selecionados por meio de edital de chamada pública e que tenham cursado 50% do curso de Licenciatura, dentre outros critérios dispostos na Portaria 175/2018. O profissional da educação básica, denominado preceptor, também selecionado pela Universidade, orienta um grupo de 8 a 10 alunos, a partir do acompanhamento do docente orientador. Esse docente é um profissional da Educação Superior e é responsável por articular as ações dos residentes, preceptores, escolas de educação básica e universidade. Cada profissional recebe uma bolsa por 18 meses, para o desenvolvimento das atividades do Programa. A residência pedagógica tem o total de 440 horas de atividades distribuídas da seguinte forma: 60 horas destinadas à ambientação na escola; 320 horas de imersão, sendo 100 de regência, que incluirá o planejamento e execução de pelo menos uma intervenção pedagógica; e 60 horas destinadas à elaboração de relatório final, avaliação e socialização de atividades.

4) Que tipo de relação você consegue vislumbrar entre o Programa de Residência Pedagógica e o Estágio Supervisionado?

O estágio supervisionado é um tempo-espço de formação teórico-prática que mobiliza um conjunto de saberes acadêmicos e profissionais para observar, analisar e interpretar práticas institucionais e profissionais e/ou para propor intervenções, cujo desenvolvimento se traduz numa oportunidade de reflexão acadêmica, profissional e social, de iniciação à pesquisa, de reconhecimento do campo de atuação profissional e de redimensionamento dos projetos de formação. Nesse sentido, o Programa de Residência Pedagógica, a partir do momento que se alia ao desenvolvimento dos estágios, entende que ele se configura como importante ferramenta didático-pedagógica, interdisciplinar e avaliativa, que visa oferecer aos estudantes a oportunidade de conhecer seu campo de atuação profissional e os desafios colocados pelo mercado de trabalho. A teoria e a prática, vivenciadas em situações-problema relacionadas à profissão escolhida, além de propiciarem a formação do futuro profissional, deixam-no mais próximo dos desafios cotidianos da sua área de atuação. Percebo que há um alinhamento entre o Programa de Residência Pedagógica e o estágio, guardadas as devidas proporções entre autonomia universitária e projetos pedagógicos dos cursos de Licenciatura.



5) Com o fim da primeira edição, em janeiro de 2020, qual o balanço que você faz sobre a execução do PRP?

A partir dos relatórios dos residentes e docentes orientadores, é possível entender os impactos que o desenvolvimento das ações do Programa de Residência Pedagógica tem na formação de professores. São visíveis nas narrativas enviadas pelos sujeitos que participaram do Programa: a comprovação da eficácia de programas que priorizam ações que relacionam a teoria e a prática; a aprendizagem a partir de experiências já consolidadas; a relação escola-universidade como foco da formação; a ressignificação do estágio supervisionado e a importância de programas de bolsas de fomento para os estudantes das licenciaturas para a conclusão dos cursos de graduação. O balanço é positivo, declaro, sem sombra de dúvidas.

6) Estamos vivenciando o processo de seleção para a segunda edição do PRP. Comparado à edição passada, houve modificações substanciais? Quais?

Os editais do Programa de Residência Pedagógica de 2018 e 2020 têm similitudes, permanências e mudanças substanciais, se comparados. No entanto, percebi que as mudanças principais se deram pelo fato de que o Edital de 2018 estava ainda em processo de amadurecimento no que tange à obrigatoriedade de permanência dos residentes no Programa para o cumprimento do estágio supervisionado e a exigência da devolução de bolsas, em caso de não cumprimento das horas estabelecidas – no caso, 440 h. No edital de 2020, há a possibilidade do residente participar do Programa em módulos e ter a liberdade de fechar sua participação após o cumprimento de 138 h. Ainda assim, o aluno não terá certificação das horas cumpridas, caso não cumpra os três módulos. Outra questão que chama a atenção é o fato de o Edital 01/2020 estabelecer relação profunda com os documentos legais, principalmente no que tange à Alfabetização. O edital estabelece a exigência de uma única linha teórica para o subprojeto de Alfabetização. É dada relevância aos processos de alfabetização pelo método fônico, as evidências científicas provenientes das Ciências Cognitivas em alfabetização, destacando-se os quesitos linguístico-estruturais em detrimento de outras abordagens políticas, culturais e sociais envolvidas na construção da leitura e da escrita, impondo a Política Nacional de Alfabetização (PNA), sancionada por decreto, sem discussão com pesquisadores ou sociedade civil. Entendemos as proposições apresentadas como uma definição única de alfabetização, bem como a desconsideração de metodologias ativas e construtivas do processo de alfabetização. No aspecto de distribuição de bolsas, houve a baixa de 30 mil bolsas para os programas de formação (RP e PIBID). O corte dificultará a inserção de novas propostas e a manutenção das experiências em fase de conclusão. Outro elemento presente nos editais é o estabelecimento de áreas prioritárias. Entendo como um retrocesso, que põe às claras a definição de cotas para atendimento de componentes curriculares e projetos específicos. Foi determinado que 60% das bolsas serão destinadas a subprojetos de alfabetização e apenas 40% das vagas de bolsas para os cursos de Matemática, Física, Química, Biologia e Ciências. Como último elemento, causa estranheza ter como prioritárias as escolas cívico-militares em detrimento das demais escolas.

7) A implementação do PRP, em 2018, gerou uma resistência em muitas instituições de ensino superior, pela ideia inicial de substituição ao Pibid. Hoje, os dois programas estão implementados, sem ameaças para o término do Pibid. A resistência dessas IES era legítima? Há espaço para uma vivência harmoniosa dos dois programas?

Sobre isso, eu penso que o PIBID é um programa consolidado, tem chão, um caminho de lutas e



resistências, traçado por quase 10 anos. Ao entrar na coordenação institucional do RP, eu sempre tive isso em mente. Muitas IES se opõem ao RP por vários motivos: a devolução das bolsas, a provável precarização da formação pelas exigências propostas pelo Edital 06/2018, a exigência de que o professor estivesse em efetivo exercício, o privilégio das instituições particulares ao aceitar no Programa professores horistas, enfim, várias questões que afetaram a implementação por essas IES. Com o passar do tempo, os dois programas foram se fortalecendo. O Forpibid-RP, fórum que agrega os dois programas, contribuiu sobremaneira para que essa união se fortalecesse, e continua exercendo um papel decisivo nas ações de permanência dos programas. Embora tenhamos dificuldade de estabelecer diálogos com a CAPES nesse momento, acreditamos que é pela via dialógica que teremos uma formação mais sólida de nossos estudantes das licenciaturas.

8) Finalmente, o que esperar da implementação do PRP diante do novo edital?

Eu espero quem em 2020 possamos ter um programa que continue as ações positivas já iniciadas com a edição de 2018, que amadureça a ideia de que ainda temos muito o que aprender e a contribuir com a escola pública, que sustente e lute pela permanência das bolsas para residentes, preceptores e docentes envolvidos. Enfim, o compromisso com a educação pública, gratuita e de qualidade, socialmente, será sempre a nossa maior busca.

